

CONTRATO Nº 052/2024 – HUOP

1481/2024 - GMS

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (HUOP), pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n.º 78.680.337/0007-70, situada na Av. Tancredo Neves, 3224, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Ordenador de Despesas e Diretor Geral do HUOP, Sr. Rafael Muniz de Oliveira, CPF sob o n.º 315.165.618-80, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa Olympus Optical do Brasil Ltda, inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º 04.937.243/0009-69, com sede na a Rua Vereador Germano Luiz Vieira, nº 500, Armazem 3 - Parte 3 - Bomi, Itaipava, Cidade de Itajaí/SC, neste ato representado por Carla Rebitzki, CPF 340.307.598-23 e Tatiana Hatori Vidal, CPF 213.424.348-11, a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO o qual será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pela Inexigibilidade 005/2024 que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1. OBJETO

- 1.1. Aquisição de videobroncoscópio flexível adulto e videobroncoscópio flexível pediátrico, ambos para a torre Olympus do Brasil, para atender a demanda do Hospital Universitário do Oeste do Paraná, conforme descrito no Termo de Referência e constante no Anexo I deste contrato:

Item	Código	Material	Un. Med.	Qtde	Vlr Unit	Vlr Total
1	72620	Videobroncoscópio Pediátrico Ultrafino Híbrido original Olympus; Modelo BF-XPA-FINO Híbrido modelo BF-XP190. Para central processadora de vídeo, marca olympus, modelo cv-190.(conforme patrimônio nr: 01041759 e 01041760).. Projetado exclusivamente para o diagnóstico endoscópico, tratamento de vias respiratórias, aumento das vias respiratórias, da árvore brônquica e traqueia. Especificações Técnicas: Sistema Ótico: Ângulo Do Campo De Visão: 90 Graus; Direção Da Visão: 0 Graus; Visão Frontal: Profundidade Do Campo De Visão: 2-50mm; Imagem Em Tela Cheia: Não; Ccd: Colorido De Alta Resolução; Ponto Distal: Diâmetro Externo: 2,8mm; Tubo De Inserção: Diâmetro Externo: 2,8mm; Angulações: Pra Cima: 180°, Para Baixo: 130°; Comprimento De Trabalho: 600mm; Comprimento Total: 870mm; Canal De Trabalho: Pinça De Biopsia:	un	1	196.005,49	196.005,49

		<p>Distância Mínima A Partir Da Ponta: 1,5mm; Canal De Biopsia: Diâmetro Interno: 1,2mm; Compatível Com Unidades Eletrocirúrgicas: Sim; Totalmente A Prova D'água, Pode Ser Submetido A Desinfecção Por Imersão E/Ou Gás Óxido Etileno - DOCUMENTAÇÃO - Registro dos Produtos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); - ABNT NBR IEC 60601-1 Equipamento Eletromédico - Parte 1 - Prescrições Gerais para Segurança, e suas emendas; - ABNT NBR IEC 60601-2 Equipamento Eletromédico - Parte 2 - Prescrições Particulares para Segurança de Equipamentos; - ABNT NBR ISO 13485 Produtos para saúde - Sistemas de gestão da qualidade - Requisitos para fins; - Apresentar manual de instrução em língua portuguesa e catálogo. - Deverá ser fornecido sem ônus, treinamento a equipe operacional conforme a necessidade da instituição; - Garantia mínima de 12 meses partir da entrega do equipamento. -CÓDIGO GMS: 6515.78009</p>				
2	72619	<p>Videobroncoscópio adulto modelo bf-1th190 para central processadora de vídeo, marca olympus, modelo cv-190.(conforme patrimônio nr: 01041759 e 01041760). indicado para o uso nas vias aéreas e na árvore traqueobrônquica. especificações técnicas: conexão única com a fonte de luz; sistema ótico: ângulo do campo de visão: 120 graus; direção da visão: 0 graus; visão frontal: profundidade do campo de visão: 3-100mm; imagem em tela cheia: sim; ccd: colorido de alta resolução (hdtv); compatível com a tecnologia nbi (narrow band imaging) ponto distal: diâmetro externo: 6,2mm; tubo de inserção: diâmetro externo: 6,0mm; angulações: pra cima: 180°, para baixo: 130°; comprimento de trabalho: 600mm; comprimento total: 880mm; canal de trabalho: pinça de biopsia: distância mínima a partir da ponta: 1,5mm; canal de biopsia: diâmetro interno: 2,8mm;</p>	un	2	236.536,16	473.072,32

	<p>compatível com unidades eletrocirúrgicas (alta frequência e laser): sim; totalmente à prova d'água, pode ser submetido a desinfecção por imersão e/ou gás óxido etileno.</p> <p>- DOCUMENTAÇÃO</p> <p>- Registro dos Produtos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);</p> <p>- ABNT NBR IEC 60601-1 Equipamento Eletromédico - Parte 1 - Prescrições Gerais para Segurança, e suas emendas;</p> <p>- ABNT NBR IEC 60601-2 Equipamento Eletromédico - Parte 2 - Prescrições Particulares para Segurança de Equipamentos;</p> <p>- ABNT NBR ISO 13485 Produtos para saúde</p> <p>- Sistemas de gestão da qualidade - Requisitos para fins;</p> <p>- Apresentar manual de instrução em língua portuguesa e catálogo.</p> <p>- Deverá ser fornecido sem ônus, treinamento a equipe operacional conforme a necessidade da instituição;</p> <p>- Garantia mínima de 12 meses partir da entrega do equipamento.</p> <p>- CÓDIGO GMS: 6515.78009</p>			
--	---	--	--	--

2. FUNDAMENTO

2.1. Este contrato decorre da Inexigibilidade 005/2024-HUOP, objeto do processo administrativo n.º 21.300.582-0, com autorização publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º 11597, de 27/02/2024 e conforme ato de autorização nas fls. 151 deste protocolo.

3. REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE FORNECIMENTO

- 3.1. O Contrato será executado sob o regime de execução indireta.
- 3.2. Após a assinatura do Contrato, será emitida uma ordem de compra para entrega dos produtos.
- 3.3. A entrega deverá ser feita no prazo de no máximo 90 dias, contados a partir da data do recebimento da ordem de compra.

4. VIGÊNCIA:

- 4.1. O contrato terá vigência de 12 meses, contados a partir de 06/03/2024.

5. FONTE DE RECURSOS:

- 5.1. A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:
Gestão/unidade: 4534

Programa de trabalho: 8078
Elemento despesa: 33903036
Fonte: 899

6. VALOR CONTRATUAL

- 6.1. O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:
- 6.2. O valor total do contrato é de R\$ 669.077,81 (seiscentos e sessenta e nove mil, setenta e sete reais e oitenta e um centavos).
- 6.3. No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

7. DO REAJUSTE

- 7.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA.
 - 7.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.
 - 7.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º14.133, de 2021.
- 7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.
- 7.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.
- 7.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

8. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

- 8.1.1. Os produtos deverão serem entregues no setor de Endoscopia Digestiva do (HUOP).
- 8.1.2. Local de entrega: Hospital Universitário. Avenida Tancredo Neves, 3224 – Bairro Santo Onofre – fone (45) 3321-5190 – CEP 85806-470 – Cascavel – Paraná.
- 8.1.3. Horário de entrega/realização do serviço: A entrega deverá ser realizada no período das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda à sexta-feira exceto finais de semana e feriados.
- 8.1.4. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5. O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.
- 8.2. O recebimento definitivo será feito no prazo de até 3 (três) dias após a expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.
- 8.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no

Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 21.300.582-0«Nº_CR»

Inexigibilidade 005/2024«Modalidade_nº» – UNIOESTE - HUOP

Contrato 052«Contrato_nº»/2024–HUOP – 1481/2024«Contrato_GMS»-GMS

prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4. Todos os produtos fornecidos serão recebidos e conferidos por uma Comissão composta de servidores da instituição, a qual ao final dos trabalhos de conferência, emitirá laudo de recebimento do produto. Os produtos que apresentarem problemas e/ou defeitos serão rejeitados, obrigando-se o fornecedor a realizar novo serviço de coleta, também como nova check liste de manutenção, sem prejuízo para a instituição. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado dos produtos em questão, como funcionalidade e preservação do produto de origem, serão aplicados à CONTRATADA sanções previstas na legislação vigente. Equipe Técnica p/ conferência dos serviços prestados: Chefia do Centro de Imagem Narciso Comissio. RG 42130397 narciso.comissio@unioeste.br Contato: (45) 99145-9545 Ramal: 3321-5189 Administrativo do Centro de Imagem Elisândrea Tabaczenski. RG 71931722 elisandrea.tabaczenski@unioeste.br Contato: (45) 99811-3075 Ramal: 3321-5190.

9. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

9.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas, de acordo com a Resolução 099/2023 – COU ou instrumento que vier a substituí-lo, arts. 10 a 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022 e ainda CAPÍTULO I - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e CAPÍTULO XVI - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS do Decreto n.º 10.086, de 2022.

9.2. Os responsáveis abaixo serão designados por ato administrativo próprio do Contratante, conforme Portaria 017/2024.

9.2.1. Gestor: Narciso Comissio, CPF 755.211.309-00, setor: Centro de Imagens, e-mail: narciso.comissio@unioeste.br Contato: (45) 99145-9545 Ramal: 3321-5189;

9.3. Fiscal: Elisandrea Maria Vicenti Tabaczenski, CPF: 950.422.610-87, setor: Centro de Imagens, e-mail: elisandrea.tabaczenski@unioeste.br, Contato: (45) 99811-3075 Ramal: 3321-5190.

10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. São obrigações do Contratado:

- 10.2.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão, quando couber, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 10.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);
- 10.2.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o

objeto com avarias ou defeitos;

- 10.2.4. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.2.5. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.2.6. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatória para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 104 da Lei Estadual no 15.608, de 2007.
- 10.2.7. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da UNIOESTE, no tocante ao fornecimento do material, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata, inclusive possibilitando a UNIOESTE efetuar vistoria em suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do fornecimento do produto;
- 10.2.8. Prover todos os meios necessários à garantia do pleno fornecimento do produto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 10.2.9. Entregar qualquer item registrado, independente de valor ou quantidade, cumprindo rigorosamente o prazo de entrega.
- 10.2.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela UNIOESTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como cientificar a UNIOESTE, imediatamente e por escrito, acerca de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto na Ata;
- 10.2.11. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por uma Comissão composta de servidores da instituição, a qual ao final dos trabalhos de conferência, emitirá laudo de recebimento em relação ao produto entregue.
- 10.2.12. Os produtos que apresentarem problemas e/ou defeitos serão rejeitados, obrigando-se o fornecedor a substituí-los, sem prejuízo para a instituição. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanções previstas no edital e na legislação vigente.
- 10.2.13. Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais contendo dados de identificação e procedência, não apresentando sinais de violação, amassamentos ou ainda submetidas a exposição climática, interferindo no processo de esterilização e armazenagem.
- 10.2.14. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens.
- 10.2.15. Deve-se constar na Nota Fiscal de Vendas, a numeração dos lotes e data de validade dos objetos entregues. No momento da entrega, o entregador deve trajar vestimentas adequadas a manipulação do objeto a ser entregue, com calçado fechado e em condições satisfatórias de higiene.
- 10.2.16. Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes.
- 10.2.17. Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais contendo dados de identificação e procedência, não apresentando sinais de violação, amassamentos ou ainda submetidas a exposição climática, interferindo no processo de esterilização e armazenagem.
- 10.2.18. No momento da entrega, o entregador deve trajar vestimentas adequadas a manipulação do objeto a ser entregue, com calçado fechado e em condições satisfatórias de higiene.
- 10.2.19. Sendo solicitado treinamento para a equipe técnica de no mínimo 40h.

- 10.2.20. Os equipamentos deverão ser (novos), entregues em embalagens originais não apresentando sinais de violação, amassamentos ou ainda submetidas a exposição climática e dentro das especificações em edital.
- 10.2.21. Deve observar o disposto nos descritivos referente ao equipamento solicitado. Os equipamentos deverão ser entregues em embalagens originais, estarem dentro das especificações em edital, entregues no Centro de Imagens/HUOP na presença do Sr. Narciso de Jesus Comissio, servidor responsável pelo recebimento, atestando o recebimento, de todas as partes e peças, bem como a integridade.
- 10.2.22. Seguir as normas da ABNT:
- ABNT NBR IEC 60601-1 Equipamento Eletromédico - Parte 1 - Prescrições Gerais para Segurança, e suas emendas;
 - ABNT NBR IEC 60601-2 Equipamento Eletromédico - Parte 2 - Prescrições Particulares para Segurança de Equipamentos;
 - ABNT NBR ISO 13485 Produtos para saúde - Sistemas de gestão da qualidade - Requisitos para fins.
- 10.2.23. Apresentar manual de instrução em língua portuguesa e catálogo;
- 10.2.24. Deverá ser fornecido sem ônus, treinamento a equipe operacional conforme a necessidade da instituição;
- 10.2.25. Garantia mínima de 12 meses partir da entrega e funcionamento efetivo do equipamento.

10.3. São obrigações do Contratante:

- 10.3.1. Receber os equipamentos no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no termo de referência de inexigibilidade e seus anexos, bem como na proposta;
- 10.3.2. Realizar os testes pertinentes, pela chefia do Centro de Imagem e chefia Administrativo do Serviço de Endoscopia;
- 10.3.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no termo de referência de inexigibilidade e seus anexos, bem como na proposta;
- 10.3.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do termo de referência de inexigibilidade e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;
- 10.3.5. Comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- 10.3.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;
- 10.3.7. Efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma
- 10.3.8. estabelecidos no termo de referência, no termo de referência de inexigibilidade e seus anexos e no contrato;
- 10.3.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;
- 10.3.10. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

- 10.3.11. Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- 10.3.12. Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1. As notas fiscais devem ser emitidas para a Razão Social especificada nas “Informações para o Fornecedor” das “Ordens de Compras”, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.2. O pagamento fica condicionado a correta emissão da NFe, inclusive quanto ao correto destaque do valor de IR a ser retido observadas as regras das IN RFB nº1.234/2012 e 2.145/2023 em todos os documentos fiscais emitidos para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, a partir de 1º de Setembro de 2023, em caso de a empresa não ser optantes pelo SIMPLES Nacional/MEI. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.3. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.4. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, res-salvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.5. No caso de instituição de multa, a mesma poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

11.6. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo de pagamento pela Administração.

11.7. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Fica a empresa contratada dispensada da apresentação de garantia contratual, conforme previstono art. 96 da lei Federal 14.133/2021.

13. DA GARANTIA DOS BENS

A garantia mínima será de 12 meses para os produtos fornecidos nas manutenções corretivas, contados a partir da entrega da nota fiscal e do produto ao setor competente do HUOP.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-Bdo Título XI do Código Penal.

14.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

14.2.1. multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.2.2. multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.2.3. multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

14.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

14.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

14.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

14.6. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. E na Lei n.º 20.656, de 2021.

14.7. Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.8. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

14.9. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14.10. As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

15. CASOS DE EXTINÇÃO:

15.1. O presente instrumento poderá ser extinto:

15.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2. de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

15.1.3. por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2. No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

15.3. Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4. O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

16.1. Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

16.1.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

16.2.1. sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

16.2.2. sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

16.2.3. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.3. As alterações previstas serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

16.4. Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3. Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

17.4. Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5. O Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6. O Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7. O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8. O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9. A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10. O Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11. Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.13. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.14. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15. Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

17.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados

pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1. Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

18.2. Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3. O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

18.4. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Cascavel – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.5. E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual teor para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Cascavel, 06 de março de 2024.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Contratante
Rafael Muniz de Oliveira Diretor Geral do HUOP
Olympus Optical Do Brasil Ltda - Contratada
Carla Rebitzki, CPF 340.307.598-23
Tatiana Hatori Vidal, CPF 213.424.348-11
Testemunhas:

Elisandrea Maria Vicenti Tabaczinski,
CPF: 950.422.610-87

Narciso Comissio,
CPF 755.211.309-00

Documento: **Contrato0522024Olympusassinado.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Rafael Muniz de Oliveira** em 08/03/2024 15:57.

Assinatura Qualificada Externa realizada por: **Tatiana Hatori Vidal** em 08/03/2024 15:18, **Carla Fernanda Kerber Rebitzki** em 06/03/2024 13:50.

Assinatura Avançada realizada por: **Elisandrea Maria Vicenti Tabaczenski (XXX.422.610-XX)** em 08/03/2024 15:57 Local: UNIOESTE/H65, **Narciso de Jesus Comissio (XXX.211.309-XX)** em 08/03/2024 16:34 Local: UNIOESTE/H41.

Inserido ao protocolo **21.300.582-0** por: **Karine Daniele Byhain de Souza** em: 08/03/2024 15:51.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
aa8ff78613480f2b21564bafdef0fc76.